

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia; a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 233 p.

Esse muito importante livro da geógrafa Bertha K. Becker está constituído por uma coletânea de nove estudos que não nos parece bem epigrafada sob o título geral com que aparece. Trata-se, a rigor, do resultado de um esforço bem longo e meritório de compreensão dos processos e dos característicos da estruturação do espaço territorial brasileiro, particularmente da Amazônia.

O seu período de elaboração estende-se por nove anos, datando a publicação inicial do primeiro trabalho (capítulo 1) de 1972 e a do último (capítulo 9) de 1981. O prefácio é do geógrafo e amazonólogo Orlando Valverde que chama a atenção para o caráter polêmico da obra e para a mudança que, no período, se pode sentir quanto à orientação científica ou doutrinária do pensamento da autora. A rigor, não é apenas a temática predominante da coletânea que se pode classificar de polêmica. Várias das suas colocações se podem considerar questionáveis. Isso, porém, apresenta a grande vantagem de suscitar debates sobre matéria do maior interesse tanto no plano acadêmico como no plano das investigações destinadas a servir de apoio às ações do poder público. Além disso, trata-se de uma mais ampla e detida análise já realizada por geógrafo brasileiro acerca da organização do espaço territorial do país e, destacadamente, da sua amplíssima área equatorial.

A estrutura geral da obra, tal como se revela segundo os assuntos tratados

Ci. & Tróp., Recife, 11(1): 125-148, jan./jun., 1983

e segundo as épocas em que foram publicados os trabalhos nela reunidos, é a expressa preliminarmente na sua divisão em três partes. A primeira, tendo como epígrafe "Espaço e desenvolvimento: uma percepção da década de 1970", compreende os capítulos 1 e 2. Os demais capítulos, em número de sete, possuem como ponto em comum o fato de ocuparem-se sempre da temática da área amazônica e estão grupados em duas partes: a parte II (capítulos 3 a 6) sob a epígrafe "Amazônia, Fronteira de Recursos", e a parte III, (capítulos 7 a 9), intitulada "Repensando a Fronteira".

O capítulo 1 (trabalho de 1972) é, para nós, um dos de maior interesse em todo o conjunto. Trata ele, com muita acuidade, da forma assumida pela estrutura espacial do país oriunda do desenvolvimento geograficamente concentrado da economia nacional. Salvo engano, ao lado de trabalhos sobre o mesmo tema de autoria dos também geógrafos Nilo Bernardes e Pedro Geiger, esse estudo, além de outros méritos, tem o de pioneirismo. Afigura-se válida a forma detectada pela autora, há dez anos, segundo a qual o espaço brasileiro compartimentava-se em áreas distintas visualizadas à luz da teoria do desenvolvimento polarizado. Acharmos mesmo que a afirmação da autora de que essa estrutura organizacional do espaço brasileiro parece ultrapassada em consequência da ação deliberada empreendida pelo governo (p. 31) precisaria apoiar-se em observações detidas e de caráter concreto. A nosso ver, dita compartimentação, em seus traços essenciais, continua existindo. O que, entretanto, parece inquestionável é o pensamento da autora segundo o qual, nos diferentes tipos de áreas periféricas da estrutura espacial brasileira, se fazem necessárias "medidas paralelas de integração social, visando o setor rural e o setor marginal urbano" (p. 32).

Essa mesma ordem de idéias é encontrada no estudo elaborado quatro anos depois (1976), agora constitutivo do capítulo 2, que contou com a colaboração do já referido Nilo Bernardes. Ali está escrito que "a noção de equidade social é parte do conceito de desenvolvimento pois o problema mais grave dos países em desenvolvimento é o do desequilíbrio na qualidade da vida das populações, e não o do desequilíbrio econômico" (p. 48).

O primeiro trabalho (ou capítulo) da segunda parte (1974) procura caracterizar a Amazônia dentro da estrutura espacial do país, ocupando-se fundamentalmente do problema da integração daquela enorme parcela territorial, equivalente a cerca da metade da superfície do país. O segundo está constituído por um projeto de pesquisa destinado ao vastíssimo município mato-grossense de Aripuanã, o qual, ocupando uma área de 140 mil Km², tem uma superfície muito superior à de todo o Estado de Pernambuco, que, segundo sabemos, não chega a atingir a marca dos 100 mil. Para a autora, esse projeto, visando ao objetivo da exploração conservacionista de recursos, com a preservação do equilíbrio ecológico, e, ao mesmo tempo, ao lançamento das bases para um crescimento

auto-sustentado (da Amazônia), "tem amplo sentido geopolítico". Assertiva que nos adverte quanto à conotação conceitual adotada por Bertha Becker em relação à Geopolítica.

A autora, com toda a razão, insiste sobre a necessidade de pesquisas e levantamentos básicos abrangendo o mundo amazônico como condição para se poder orientar uma política de ocupação territorial. E, ao referir-se ao meio ecológico da enorme região, escreve estas importantíssimas palavras de advertência: "É fácil perceber a fragilidade desse equilíbrio (o ecológico) e que a remoção do manto florestal implica fortes mudanças no funcionamento do ecossistema, as quais podem acarretar não só a perdas das espécies vegetais em si como a remoção da matéria orgânica, a lixiviação e a erosão dos solos, cujos detritos, carregados para os rios, podem provocar inundações desastrosas, acentuadas pela dificuldade de infiltração de água no solo" (p. 92).

Não estamos certos se o realismo dessas observações se harmoniza perfeitamente com o otimismo que, aqui e ali, a autora revela em relação ao potencial de recursos da Amazônia e às perspectivas das funções que o espaço amazônico poderá desempenhar dentro da estrutura geoeconômica brasileira. Também não devemos deixar de observar que o muito bem elaborado projeto de pesquisa em foco refere-se a uma área a que muito falta para ser representativa da maior parte dos espaços verdadeiramente amazônicos. Por se tratar de área transicional ou da Pré-Amazônia, faltam-lhe, como ressalva a própria autora, dois tipos de unidades geocológicas peculiares às imensas terras da Amazônia propriamente dita: a várzea e a terra firme.

Quanto ao terceiro trabalho da segunda parte, ou seja, quanto ao capítulo 5 da coletânea (1976), merece destaque a conclusão da autora ao achar discutível que "a multiplicação dos centros urbanos da periferia (da área considerada Fronteira de Recursos) expresse a difusão do processo de desenvolvimento". Razão lhe assiste também ao dizer que "se prioridade for atribuída à equidade social, em vez de ao crescimento global, maior atuação deve ser dedicada a esses novos focos de potencialidades humanas (p. 122/123).

Também no capítulo 6 (1978), uma observação deve ser destacada: a de que "a mobilidade espacial da população decorre da sua dificuldade de acesso aos meios de produção". Acrescentemos, a esse propósito, que, segundo apurou pesquisa recente por nós realizada, a mobilidade populacional rural também no Meio-Norte deriva não apenas das adversidades edáficas e do correlato sistema de lavoura itinerante mas igualmente de condicionamentos ligados à estrutura sócio-econômica de base latifundiária representados pela falta de acesso à terra e pela estrutura social rigidamente estratificada, impeditiva da mobilidade vertical.

No primeiro estudo da terceira parte (1979), ou seja no capítulo 7, a observação, a nosso ver mais relevante e, ao mesmo tempo, mais genérica é a de que "o grande desenvolvimento das forças produtoras no país, que valorizam a terra e a agricultura, e sua estrutura espacial concreta, que oferece imenso espaço à penetração do capital, exprimem-se na expansão da fronteira agrícola" (p. 180). A tendência ao monopólio da terra constitui atualmente o característico predominante do deslocamento da fronteira. E como, para isso, muito contribuem os incentivos propiciados pelo poder público, ressalta a importância do papel do fator dito geopolítico.

Depois de, no capítulo 8, examinar questões alusivas às relações de trabalho e a mobilidade do lavrador na Amazônia (1980) Bertha Becker, encerrando sua coletânea, volta, no capítulo 9, ao exame das formas recentes assumidas pela ocupação sob os estímulos do poder público (1981). Para ela, "a ação geopolítica identifica-se com a política de desenvolvimento espacial orientada para a integração espacial em sistemas amplos, utilizando critérios de eficiência econômica" (p. 211). Observação que se completa com a de que "no momento atual, valorizando-se a terra como negócio para as grandes empresas, a ação geopolítica do Estado se torna necessária para contornar a contradição fundamental na expansão da fronteira: atrair e manter a força de trabalho na região sem lhe dar o domínio da terra". Em consequência, "a estratégia do Estado é a de assegurar a propriedade privada latifundiária, só fortalecendo a produção camponesa conjuntamente, para compatibilizar seu caráter complementar/contraditório em relação ao latifúndio" (p. 231). Não mais dispondo de espaço para comentar essa estratégia, limitamo-nos a perguntar: e os objetivos de natureza social?

Mário Lacerda de Melo
Fundação Joaquim Nabuco